



CMLP
Comunidade Médica
de Língua Portuguesa

Reunião da Cooperação Médica em Portugal

Porto, 19 de Dezembro 2016

1. Assuntos abordados

No passado dia 19 de Dezembro de 2016, teve lugar no Centro de Cultura e Congressos da Secção Regional Norte da Ordem dos Médicos (SRNOM) a primeira reunião da cooperação médica em Portugal.

Este encontro foi organizado na sequência do VII Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP), que decorreu no Porto, no dia 1 e 2 de Setembro, tendo como-objectivos:

- 1) Acolher em reunião os actores da cooperação na área da saúde, no âmbito dos PALOP's;
- 2) Proceder ao diagnóstico de situação sobre o número de organizações e grupos, bem como de projectos individuais que executam programas ou projectos de promoção da saúde e prevenção da doença, assistência médica, formação e educação na área da saúde;
- 3) Criar critérios de registo de todos os médicos e, eventualmente, de outros profissionais de saúde que se desloquem ao Estrangeiro ou a Portugal no âmbito das actividades supra referenciadas;
- 4) Criar critérios de reconhecimento profissional aos voluntários ou profissionais em missão (comissões de serviço, valorização curricular, equivalências formativas, estágios de formação específica do internato médico, outros).

O Secretário - Permanente da CMLP deu as boas-vindas e início à sessão muito participada, realçando dois aspectos fundamentais: (i) a formação, particularmente no âmbito durante o internato médico, que nos parece deveras importante tendo como objectivo ir mais além do que a simples observação como tem sido até ao presente; (ii) a mobilidade médica que, por razões conhecidas e variadas, nem sempre é facilitada, parecendo, todavia, que, neste momento, começam a agregar-se grandes sensibilidades para que este ponto de vista seja debatido e alcançado, tendo no horizonte a livre circulação.

O Bastonário, Professor Dr. José Manuel Silva, descreveu este encontro como o primeiro momento para discutir formalmente a cooperação entre instituições e médicos que se sintam verdadeiramente motivados, tendo mencionado os seguintes aspectos:

- a) As dificuldades que existem na recepção de médicos estagiários;
- b) A possibilidade da criação de estatutos de inscrição temporária na Ordem dos Médicos para que os interessados possam usufruir os mesmos direitos dos médicos nacionais;
- c) O imperativo legal que deve presidir a estes actos de cooperação, de acordo com as orientações da Direcção Geral da Saúde (DGS) e Administração Central de Sistemas de Saúde (ACSS) para que os tutores não sejam responsabilizados pelos actos dos médicos estagiários;
- d) O problema suscitado para a aceitação de médicos de estrangeiros face ao número de médicos internos em formação específica comporta problemas;
- e) A necessidade de percorrer um caminho para uma CMLP sem fronteiras, contando com o esforço e empenho das entidades governamentais, dirigentes das instituições de saúde e o corpo médico dos países.

Coube ao Dr. Francisco Pavão: (i) apresentar um breve resumo da CMLP, (ii) divulgar a realização do VIII Encontro, no Brasil; (iii) referir os objectivos da criação da *Task Force* dos jovens médicos da CMLP; e (iv) promover a criação do *site* de internet e plataforma desta comunidade.

De seguida, os participantes no encontro partilharam as suas experiências de cooperação e as suas propostas, quer a nível pessoal quer enquanto representantes de instituições.

O Dr. Luís Varandas, pediatra e docente da NOVA Medical School, com vasta experiência em África através do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), particularmente ao nível de formação pós-graduada com Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, referiu que no Hospital Dona Estefânia, onde trabalha, a experiência é efectuada através da integração de médicos internos (em 2016 – 2 colegas de Moçambique e 1 de São Tomé e Príncipe), apoiados pelas bolsas da Fundação Calouste

Gulbenkian. Os contactos têm sido sempre informais e oficializados pelo director do internato. Os estágios são observacionais e desconhece se a Ordem dos Médicos toma conhecimento dos mesmos.

A Dra. Clara Ramalhão, neurorradiologista da ULS de Matosinhos, referiu que tem recebido médicos e técnicos de imagiologia do Hospital de Maputo, ao abrigo de programas Luso-Moçambicanos desde 2009. Todos os médicos que recebe são inscritos na SRNOM.

O Dr. José Manuel Furtado, director de serviço de obstetra e ginecologista do Hospital de Guimarães, detentor de grande experiência na cooperação e colabora com o Instituto Marques Vale Flor (IMVF) no Programa PIMI, recebe também no seu serviço médicos estagiários através das bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian, normalmente médicos generalistas que optam por saber mais de uma área (período máximo de 3 meses).

A título individual, Dra. Helena Moreira, pediatra, revelou que já interveio como voluntária em vários países africanos, reconhecendo, por isso, a importância de se centralizar projectos e saber quem e quais são na tentativa de maior eficácia na intervenção.

A Dra. Alice Villas-Boas, obstetra e ginecologista, considera que é pouco útil uma intervenção de 15 dias a 1 mês, porque é necessário tempo para integração e equipas permanentes para dar seguimento ao que é feito nos projectos de intervenção.

O Prof. Dr. João Moreira Pinto, em representação da Health4Moz, referiu que a organização já tem recebido alguns internos de especialidade para estágios de formação, que são sempre inscritos na SRNOM. Paralelamente, mencionou um exemplo internacional no âmbito da especialidade de cirurgia pediátrica, a criação de uma plataforma *on-line* onde os médicos registam a sua experiência e disponibilidade para participar em projectos de intervenção e cooperação.

O Dr. Eduardo Castela, da Associação Portuguesa de Telemedicina, afirmou que, através da sua plataforma de telemedicina em cardiologia pediátrica, começaram a formar médicos africanos e tem actualmente cerca de 3000 casos/ano discutidos através da plataforma.

O Prof. Dr. Henrique Cyrne Carvalho, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, trouxe à discussão o problema da formação e equivalências de diplomas. Refere que é necessário abordar a questão do ponto de vista da cooperação no que ela encerra conceptualmente, e não apenas abordagens segundo um certo “paternalismo”, dando como exemplo a existência de 170 candidatos em programas de cooperação entre o ICBAS e instituições Brasileiras.

O Dr. Jorge Seabra, Director do serviço de ortopedia do Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra, membro da Sociedade Ortopédica da Língua Portuguesa, que tem tido no terreno projectos com êxito e que recorre também à telemedicina como meio de cooperação.

O Prof. Dr. Nuno Montenegro, Faculdade Medicina da Universidade do Porto, reiterou a importância das escolas médicas como âncora para projectos pós-graduados. Reconhece que no Centro Hospitalar São João há total abertura para a recepção de médicos estagiários sendo que, até ao momento, isto não tem sido realizado de forma estruturada e sistematizada. Segundo a Dra. Laura Ribeiro, do gabinete de relações internacionais e mobilidade da Faculdade de Medicina do Porto as escolas médicas têm já estruturado diversos programas de cooperação bem como uma base de dados sobre as pessoas que se mobilizam e quem os recebe.

O Prof. Dr. António Lúcio Baptista, cirurgião cardiotorácico, falou do projecto “África Life” e defende a importância da criação de projectos integrados e sustentáveis com intercâmbio bilateral não só médico mas de todas as áreas da saúde.

A Dra. Milene Duarte, ACES Baixo Vouga, médica de saúde pública, esteve envolvida na capacitação de equipas de resposta rápida ao Ébola na Guiné (DGS, INSA, INEM), sendo de opinião também que a cooperação tem que ser bilateral e de duração superior a um mês.

O Prof. Dr. Duarte Nuno Vieira, da Associação Medicina Legal e Ciências Forenses dos PALOP’s, sugeriu a necessidade de cooperação ao nível da investigação científica.

O Dr. Luís Gonçalves, oftalmologista, relatou a sua experiência de mais de 10 anos na Guiné-Bissau onde existe já uma relação consolidada com os colegas locais.

A Dra. Virgínia Belo, especialista em Medicina Geral e Familiar, em Coimbra, conta que utiliza as suas férias para participar em projectos de cooperação com

organizações locais em África, relembrando a dificuldade em conseguir arranjar tempo e licenças para experiências de cooperação.

A Dra. Mariana Brandão, representante do Conselho Nacional do Internato Médico, referiu que o Regulamento do Médico Interno já prevê a possibilidade de períodos de formação no seio da Comunidade Lusófona e abordou o esforço que existe para a definição de locais onde se possam realizar estágios durante o internato.

O Dr. Humberto Vitorino, da ONG Saúde em Português, com grande experiência no terreno africano, lembrou a importância de dotar de infra-estruturas, perceber o que há a fazer, deixar as ferramentas e capacitar.

O Dr. Rui Pinto, neonatologista do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, mostrou através da sua intervenção que pretende tomar conhecimento de projectos para poder integrar actividades de cooperação.

A Dra. Catarina Carvalho, nefrologista, informou que a título individual deu formação no rastreio da doença renal crónica em Timor-Leste, indo iniciar uma intervenção na Guiné-Bissau.

A Dra. Liliana Paulo, representante da “Conexão Lusófona”, afirmou que, através da rede de contactos desta Organização, estão disponíveis para ajudar a criar novos espaços de cooperação em saúde.

O Dr. Bruno Morgado, do Departamento de Ciências Médicas da Universidade do Algarve, referiu a disponibilidade para acções que vierem a ser organizadas e que há alunos que fazem estágios durante o seu percurso académico em países da comunidade lusófona.

As intervenções finais por outros membros da audiência reforçaram ideias já expostas e levaram à conclusão da primeira reunião da cooperação médica em Portugal.

2. Conclusões:

1.ª A Comunidade Médica de Língua Portuguesa, após a X Assembleia Geral, decidiu criar um site na internet para promoção e maior proximidade desta comunidade com todos os interessados e intervenientes. Para além de informação institucional, dos eventos e notícias, foi evidente, após a reunião da cooperação médica em Portugal, a necessidade e oportunidade de se criar uma plataforma de registo de todas as Organizações, Associações e Projectos promovidos no âmbito da cooperação em Portugal e também a criação de uma bolsa de médicos voluntários. Neste sentido, serão realizados encontros e reuniões com várias entidades e instituições a promover no ano de 2017, de modo a ser mais fácil concretizar os **objectivos nº 1 e nº2** tratados na presente reunião.

2.ª Foi claramente expressa a vontade de se abrir uma plataforma de informações que permita aos médicos interessados conhecer os projectos e neles participar. As deslocações individuais deverão ser promovidas, pois existem profissionais que são convidados por instituições dos países de expressão portuguesa e que desejam soluções céleres e seguras.

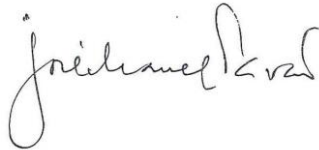
3.ª Foi enfatizada a necessidade de estabelecer mecanismos de cooperação com fundamento nos princípios de reciprocidade (direitos e deveres mútuos) e de proximidade (conferida pela língua), sendo claro que a cooperação não vive de qualquer forma de paternalismo, sendo exigível empenhamento das entidades e instituições de saúde dos países envolvidos.

4.ª Existem instituições dos diversos países interessados em prosseguir, de forma segura e sem delongas, a cooperação assistencial, formativa e de investigação.

5.ª Quanto aos **objectivos nº 3 e nº4**, o Secretário Permanente da CMLP irá propor à Ordem dos Médicos de Portugal, em sede da Comunidade Médica, medidas para que, no futuro próximo, haja possibilidade de se conhecer todos os médicos que participam em acções de cooperação, independentemente do objectivo, não no sentido de burocratizar ou dificultar as participações, mas demonstrar a importância de promover acordos, licenças, estágios e colaborações num sentido profissional e profícuo.

Resumo da primeira reunião da cooperação médica em Portugal.

No segundo trimestre do ano 2017, será promovida a segunda reunião em Lisboa.

A handwritten signature in black ink, reading "José Manuel Pavão". The signature is written in a cursive style with a large initial 'J'.

José Manuel Pavão
Secretário Permanente da CMLP

Os Relatores da Reunião,

Ana Margarida Albuquerque
Francisco Pavão
Paulo Salgado